





- **COP30**

A COP é uma reunião anual entre os 198 países que assinaram, em 1992, um acordo para enfrentar o aquecimento global. A sigla significa “Conferência das Partes”, sendo que as partes são, justamente, os países que assinaram esse tratado.

As COPs são organizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) e são espaços formais de negociação entre os países.

No final, cada conferência produz um documento, definido por consenso, com metas e medidas para reduzir as emissões de gases do efeito estufa e adaptar os países às mudanças climáticas.

O objetivo é gigantesco: evitar um aquecimento descontrolado do planeta, que pode ameaçar a vida humana na Terra.

- **Acordo de Paris e meta de aquecimento de 1,5 °C**

A atividade humana alterou a concentração de gás carbônico na atmosfera. E as principais razões foram a queima de carvão, petróleo e gás para gerar energia.

Do início do século 20 para cá, a concentração de gás carbônico disparou, elevando a temperatura média da Terra em 1,1 grau Celsius. Pode parecer pouco, mas esse aquecimento em um período tão curto de tempo é inédito na história do nosso planeta, e é ele que tem causado eventos climáticos extremos cada vez mais frequentes.

Foi para frear esse aquecimento, quase 200 países assinaram, em 2015, o chamado Acordo de Paris. Ele tem força de lei e definiu que os países precisam cortar suas emissões para manter o aumento da temperatura da Terra abaixo de 2 graus, de preferência em até 1,5 °C (1 grau e meio).

Esse é o limite considerado “seguro” pela ciência para evitar um cenário imprevisível, com ainda mais eventos climáticos extremos, mortes, deslocamentos forçados e perdas econômicas.

- **Mitigação e adaptação**

Essas duas palavras são a grande dupla quando o assunto é crise climática: porque são as duas principais frentes para combater as mudanças do clima.

Mitigar significa reduzir as emissões de gases do efeito estufa, que são causadas – principalmente – pela queima de combustíveis fósseis para geração de energia, transportes e processos industriais. No caso do Brasil, também pelo desmatamento e pela agropecuária. Diminuir o desmatamento é mitigar. Trocar fontes de energia poluentes por fontes limpas, também.

Já adaptar significa preparar as cidades, as comunidades e os setores da economia para enfrentar eventos extremos e o aumento de temperatura. Adaptação pode ser, por exemplo, tomar medidas para que as cidades fiquem mais resilientes a chuvas extremas, evitando desastres.

- **Racismo ambiental**

A crise climática é um problema global, mas ela não afeta todo mundo do mesmo jeito.

Populações negras, periféricas, quilombolas, indígenas e ribeirinhas muitas vezes estão entre as principais vítimas de eventos climáticos extremos, como enchentes e tempestades que provocam deslizamentos de terra ou secas severas. É o que chamamos de “racismo ambiental”.

O racismo ambiental reflete as desigualdades históricas de acesso de determinadas populações a direitos como saneamento básico e locais seguros para viver. Também reflete a falta de políticas públicas para essas populações, que acabam mais vulneráveis a desastres e expostas a áreas de risco.

Para dar um exemplo: uma pesquisa do Datafolha mostrou que a população negra, mais pobre e com menor escolaridade, foi a que mais sofreu perdas de bens e de renda nas enchentes no Rio Grande do Sul no ano passado.

- **Transição energética**

No combate às mudanças climáticas, um dos temas mais importantes é energia. Isso porque a maior parte das emissões de gases do efeito estufa vem da queima de combustíveis fósseis. Petróleo, gás e carvão respondem por 80% da produção de energia global.

Para mudar esse cenário se fala de transição energética, ou, melhor, transição energética justa. Transição energética significa mudar as fontes de produção de energia na economia. Hoje, isso implica em abandonar petróleo, gás e carvão e adotar fontes bem menos poluentes, como solar, eólica e hídrica.

Na COP28, os países reconheceram a necessidade de fazer uma transição para longe dos combustíveis fósseis e de triplicar a capacidade das energias limpas até 2030.

Mas essa transição precisa ser justa. Ou seja, ninguém pode ficar para trás: os empregos e as comunidades não devem ser prejudicados, e os impactos econômicos e ambientais precisam ser minimizados.

- **NDC ou Contribuição Nacionalmente Determinada**

Neutralizar emissões. Fazer uma transição energética. Zerar o desmatamento. Talvez você já tenha ouvido algum desses compromissos ser anunciado com pompa e circunstância pelos países.

Eles fazem parte de uma sigla menos conhecida: NDC, ou Contribuição Nacionalmente Determinada.

As NDCs são o coração do Acordo de Paris. Nelas, cada país precisa dizer exatamente quanto – e como – vai reduzir suas emissões, sempre com o objetivo coletivo de evitar que o aumento da temperatura da Terra passe de 1,5 grau Celsius.

Acontece que a gente está longe desse objetivo. Pela última leva de NDCs, apresentada há cinco anos, a previsão é de que o aquecimento chegue a pelo menos 2,6 graus até o final do século.

Mas há esperança: 2025 é ano de atualização das NDCs, que vão ser discutidas na COP30. Hora dos países provarem que vão fazer mais para enfrentar a crise climática.

- **1,3 trilhão de dólares**

Se tem uma coisa que os países mais pobres precisam para enfrentar as mudanças climáticas é de dinheiro. Mas se tem uma coisa que os países ricos não querem abrir mão também é de dinheiro.

A disputa por recursos é central nessas negociações está no centro da COP30.

Apesar de a crise climática atingir todo mundo, ela não foi causada por todos na mesma medida. As nações que se industrializaram primeiro são as maiores emissoras históricas de gases do efeito estufa – e os Estados Unidos lideram esse bonde dos principais responsáveis pela situação atual.

Mas como todo mundo precisa agir, 15 anos atrás houve um acordo: os países desenvolvidos iam mobilizar 100 bilhões de dólares por ano para ajudar os países em desenvolvimento até 2025. No ano passado, eles tiveram que negociar uma nova meta que ficou em 300 bilhões de dólares.

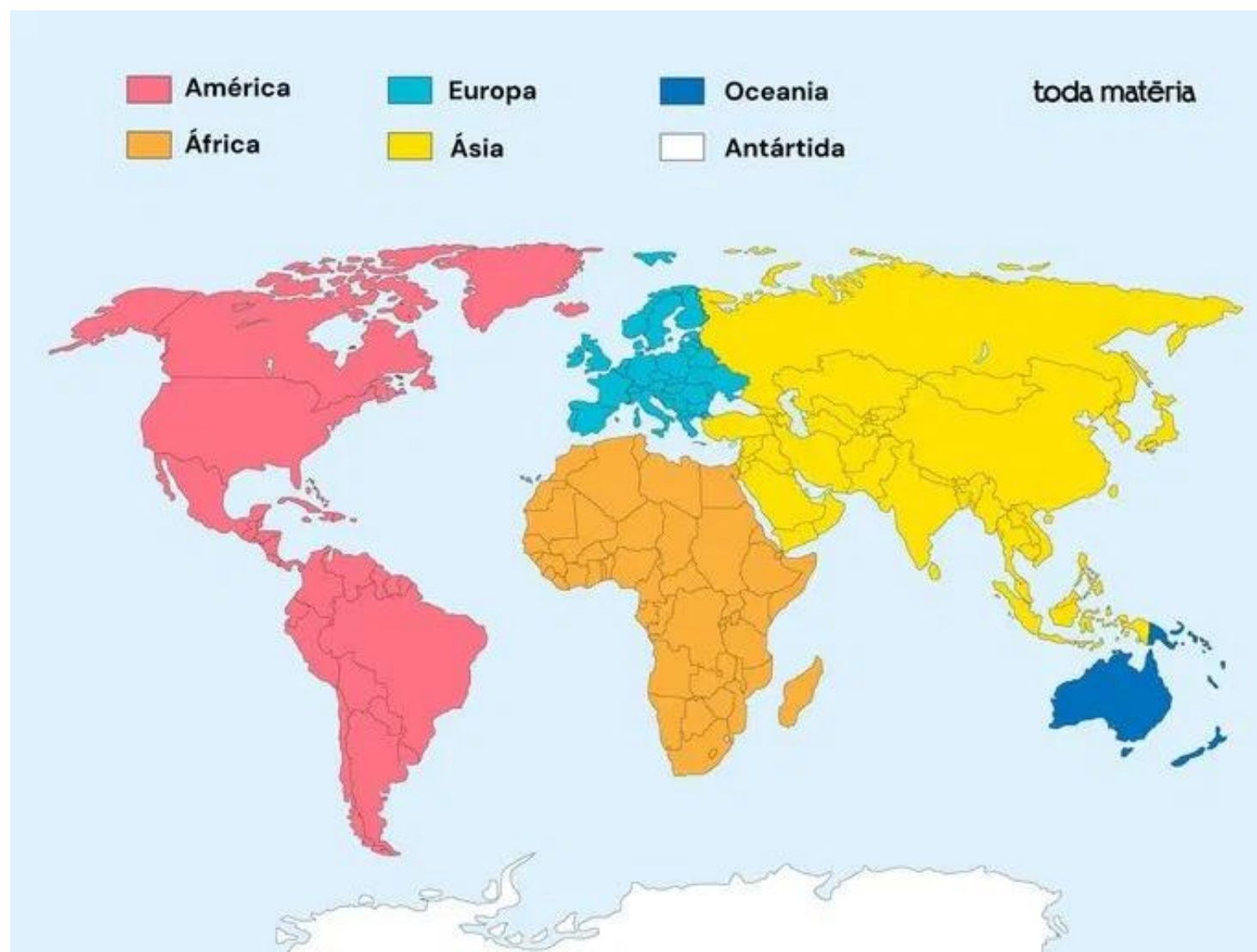
- A COP30 ocorreu em Belém (Pará, Brasil), reunindo os signatários da UNFCCC (Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima) para negociar a agenda climática global.
- A conferência se realizou num cenário de grande urgência: os relatórios científicos indicam que o mundo está fora do curso para limitar o aquecimento a 1,5 °C acima dos níveis pré-industriais.

Duas linhas de tensão destacadas: (i) o financiamento para adaptação e “perdas e danos” nos países vulneráveis; e (ii) a transição dos combustíveis fósseis, desmatamento e mudanças estruturais na economia global.

Pontos de fricção / lacunas significativas

- Fase-out de combustíveis fósseis: Um dos temas mais controversos — não foi incluída no texto final uma linguagem vinculante para eliminar gradualmente carvão, petróleo e gás.
- Ambição de emissões: Apesar de algumas iniciativas, o consenso foi de que o ritmo e a ambição dos compromissos continuam insuficientes para cumprir a meta de 1,5 °C.

- **Financiamento de perdas e danos e clareza de “quem paga”:** Embora o objetivo de adaptação tenha avançado, ainda há falta de clareza sobre a origem dos recursos, mecanismos operacionais e implementação concreta.
- **Divisões geopolíticas:** A cobertura apontou que a unidade global está fragilizada — por exemplo, os Estados Unidos foram citados como recuando em alguns aspectos.



O **Fundo Florestas Tropicais** para Sempre (TFFF) é uma proposta do Brasil para criar um mecanismo financeiro internacional e permanente para a conservação de florestas tropicais. Ele usa um modelo de investimento em que os lucros de um grande fundo são repassados aos países que conservam suas florestas.

A ideia é que esse fluxo financeiro garanta a preservação ambiental ao mesmo tempo que proporciona um retorno econômico para os países e investidores.

Como funciona

- **Captação de recursos:** O fundo pretende captar um grande capital inicial de governos e filantropos, que funcionará como garantia para atrair investidores.
- **Investimento:** O montante total é investido no mercado financeiro, com o objetivo de gerar lucros.
- **Repasse:** O rendimento anual é distribuído aos países que conservam suas florestas tropicais, proporcionalmente à área preservada.
- **Retorno para investidores:** O capital investido é devolvido aos investidores com os lucros gerados.

O pontapé inicial já foi dado – quase 6 bilhões de dólares foram anunciados nas vésperas da COP30 com valores da Noruega, França, Brasil, Indonésia e Portugal, enquanto outros países avaliam sua contribuição.



A COP 30 abordou o racismo e os povos indígenas como temas centrais, com foco no combate ao racismo ambiental e na defesa da justiça climática.

Discussões sobre a demarcação de terras indígenas, a proteção de seus territórios e a inclusão de suas vozes nas negociações climáticas foram proeminentes. Foram lançados programas como o de Proteção de Terras Indígenas e foram criadas comissões internacionais para dar visibilidade a essas questões.

Racismo ambiental e justiça climática

A COP 30 destacou que a crise climática afeta desproporcionalmente comunidades indígenas e afrodescendentes, que são as mais vulneráveis aos impactos ambientais.

A conferência foi vista como uma oportunidade histórica para incluir o combate ao racismo ambiental nas discussões de justiça climática, reconhecendo as desigualdades raciais e étnicas na exposição aos riscos ambientais.

Ações e propostas na COP 30

- Programa de Proteção de Terras Indígenas: Lançado na COP 30, com foco em demarcação e gestão de territórios indígenas como parte da solução para a crise climática.
- Comissão Internacional Indígena: Criada dentro do "Círculo dos Povos", liderada pela Ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, para dar voz a esses grupos nas discussões.

- Nas redes sociais, críticos ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva têm chamado a COP30 de “FLOP30”, destacando a menor participação de líderes nesta edição, em Belém. Segundo a lista oficial divulgada pela assessoria de imprensa da COP30 ao Valor, participaram 28 chefes de Estado ou de governo, entre eles 15 presidentes, 11 primeiros-ministros e 2 líderes da realeza.
- Esse número representa quase metade dos chefes de Estado que compareceram na edição anterior, a COP29, realizada em Baku, no Azerbaijão, entre 11 e 22 de novembro de 2024. Na época, segundo a lista de oradores do alto nível para Chefes de Estado e de Governo, compareceram ao evento 59 chefes de Estado, incluindo 29 presidentes e 30 primeiros-ministros.
- Algumas ausências já eram esperadas na COP30, com as dos presidentes dos Estados Unidos, Donald Trump, e da Argentina, Javier Milei.

✓ O que são as NDCs

As NDCs são os planos que cada país signatário do Acordo de Paris apresenta para dizer “assim contribuiremos para reduzir emissões de gases de efeito estufa e adaptar-nos às mudanças climáticas”.

São contribuições nacionalmente determinadas: ou seja, cada país define seu próprio objetivo conforme suas condições, capacidades e ambição.

Estão previstas para revisão periódica (normalmente a cada 5 anos) e devem se tornar progressivamente mais ambiciosas.

O que ficou decidido/registrado na COP30 sobre as NDCs

- Antes da COP30, o relatório “2025 NDCs Synthesis Report” mostrou um avanço em apresentação de novas NDCs ou revisões por alguns países — o que foi destacado como “momentum” para a transição climática.
- Na COP30, o texto final reforçou que os países devem trabalhar para a “implementação plena das NDCs, enquanto buscam fazê-las melhor” — ou seja: não só cumprir suas metas, mas elevar sua ambição.
- Também houve reuniões/paralelos específicos para NDCs — por exemplo, o evento da Somália que lançou “NDC Investment Plan 2025–2035” durante a COP30